

Concorrência entre eólicas e hidroelétricas abre espaço para térmicas e faz PCHs revisarem seus custos

PUGNALONI, Ivo. "Concorrência entre eólicas e hidroelétricas abre espaço para térmicas e faz PCHs revisarem seus custos". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2012.

No ano de 2011, os leilões de energia nova no Brasil operaram o que parece ter sido um milagre. A energia gerada por fonte eólica foi vendida pela metade do preço praticado no resto do mercado mundial: menos de R\$98,00/MWh. Uma redução de 52% em relação ao valor de 2004 (R\$204,00/MWh), praticado no Proinfa.

Como milagres andam raros, vale a pena gastarmos um pouquinho de tempo prevendo as conseqüências desse aparente "milagre".

Para dizer o mínimo, parece estranho. E quando a esmola é demais, o santo desconfia. Afinal, que outra coisa diminuiu de preço no Brasil ou no mundo desse jeito?

As maiores fontes da energia limpa e renovável comercializadas no Brasil são a energia hidroelétrica e energia eólica, as quais, até o leilão de 2010, estavam sendo comercializadas a R\$144,00 e R\$ 130,00 por MWh, respectivamente. No leilão de 2011, o governo colocou as duas para competirem, como se fossem iguais. Ocorreu que o preço baixíssimo da energia eólica (fruto de fatores conjunturais tais como a isenção total de ICMS e IPI e a estagnação da economia mundial), acabou desmotivando os empreendedores de energia de fonte hidroelétrica a apresentarem propostas.

Acontece que as medições anemométricas usadas nos mapeamentos de vento mostram que as centrais de energia eólica, no Brasil, funcionam bem apenas entre junho e novembro.

Nos meses de dezembro a maio, as eólicas não serão capazes de fornecer a mesma quantidade de energia e para evitar novo apagão, nestes meses o Governo acionará as termoelétricas a gás, óleo diesel, óleo pesado e carvão, além de contratar novas destas unidades. Ou seja, quando mais precisássemos, não haveria novas pequenas hidroelétricas para turbinar toda essa água, que é grátis.

Se os leilões de energia continuarem a fazer competir entre si a usinas eólicas (que funcionam bem nos meses secos) com as PCHs (que funcionam bem nos meses úmidos) e ainda por cima o CONFAZ renovar em dezembro de 2012, a isenção do ICMS para todos os equipamentos para geração eólica, sem dar o mesmo benefício às pequenas hidroelétricas, os preços de certa forma subsidiados da eólica farão os investimentos fugirem dos empreendimentos hidrelétricos, pois o baixo valor do produto final (energia) aumentará muito o tempo de retorno para construir esse tipo de usina, inviabilizando a maioria delas.

Para se ter uma idéia do que estaríamos perdendo, basta dizer que hoje, na ANEEL, existem 33 mil MW de projetos de PCH's e UHEs concluídos aguardando análise por falta de pessoal. Ao custo de R\$ 4.500,00 por kW instalado estaremos dificultando a aplicação de um potencial de investimento direto de cento e cinquenta bilhões de reais na geração de energia para consumo no mercado interno.

E aqui aproveito para chamar atenção para um fato absurdo que pouca gente sabe: apenas 46% das 168 novas vagas do concurso de 2010 da ANEEL foram preenchidas. A ANEEL continua com menos de 350 funcionários de nível superior, contra 1400 da ANATEL, 2500 da ANAC, 2200 da ANVISA, 1200 da ANTT.

Desenvolvendo projetos nos três segmentos, na Enercons, assistimos um quadro paradoxal, em que as eólicas, que são limpas, renováveis, complementares às hidroelétricas e não concorrentes com elas nos mesmos meses do ano, serviriam (aqui no Brasil), graças a esse estranho leilão para obrigar o sistema a acionar por mais tempo as termoeletricas, que tem custos de operação muito mais caros, produzem emissões poluentes e são acionadas por combustíveis fósseis e importados.

E o que é pior: combustíveis sujeitos a uma enorme insegurança no fornecimento, motivada por guerras que se espalham pelo mundo, visando o controle do petróleo por meio de força militar.

Diz a legislação que, se nada for feito, o custo do maior acionamento das termoeletricas para compensar a deficiência das eólicas nos meses úmidos, de baixa produção, será repassado para a tarifa cobrada dos consumidores. Foi isso que ocorreu entre 2004 e 2008, quando com pouca chuva, o consumo de energia termoeletrica aumentou em 58%, se comparado com o período de 2000 a 2003, quando pulou de 1401 GWh para 2214 GWh, como demonstro no trabalho “Uma Itaipu de Poluição”.

Em 2011, graças a chuvas regulares, Hermes Chipp, diretor do Operador Nacional do Sistema (ONS) comemorou o fato dizendo que não precisaríamos gastar nenhum centavo com energia térmica, contra 670 milhões gastos embutidos na tarifa dos consumidores em 2010.

Talvez por isso a EPE tenha marcado um novo leilão, agora exclusivo para hidroelétricas e PCHs em abril de 2012 pois a maioria das pequenas centrais hidroelétricas cuja tecnologia o Brasil domina há mais de quatro décadas, não conseguiriam competir no mesmo leilão que as eólicas, que não produzem bem o ano todo, mas tem isenção completa de IPI e ICMS.

Em favor da EPE, poderíamos dizer que de certa forma, mesmo errando no varejo ao colocar para competir energias de fonte eólica e hidroelétrica que não existem em mesmos períodos do ano, o governo pode ter acertado no atacado.

Afinal, com a economia mundial quase parada e os investidores e fabricantes de eólicas procurando espaço em mercados emergentes, a sobra conjuntural de equipamentos e fabricantes pode ter contribuído não só para a queda de preço, mas para a definitiva introdução do Brasil no seleto clube das economias onde o eólico é uma realidade econômica e não mera poesia. Além disso, passado o susto, talvez os investidores em PCHs se esforcem mais para reduzir seus custos.

Mas o governo deverá adotar outras medidas, ainda mais efetivas, se quiser promover a justa concorrência entre os agentes geradores e a sobrevivência de nossa principal riqueza energética, que sem dúvida é o nosso enorme potencial hidráulico ainda inexplorado.

Uma delas deveria ser a criação de um mecanismo de realocação de energia (MRE) comum, entre as eólicas e as hidroelétricas, como proposto pela ABEEólica (associação de energia eólica) à APINE e ao governo há vários meses, de forma a tornar efetiva a complementaridade entre as duas fontes.

Temos que reconhecer: para chegar aos baixos preços com que desbancaram por enquanto às pequenas hidroelétricas é inegável que os empreendedores do eólico merecem o sucesso que tiveram, pois fizeram seu “dever de casa” e conseguiram arrancar do governo federal e do CONFAZ a isenção indefinida do IPI e (até dezembro de 2012) do ICMS para aerogeradores, torres e acessórios.

Além disso, aumentaram o índice de nacionalização, ao mesmo tempo em que ampliaram as alternativas de importações e mesmo, associaram-se a fabricantes chegados agora ao Brasil e que precisam de encomendas mesmo que seja com

margens menores.

Eles perderam o medo irracional e quase atávico de importar da China e da Índia, uma verdadeira síndrome ideológica de “sinofobia”, como explica Elio Gasperi na Folha de São Paulo, que ainda afeta muitos investidores em PCHs.

E aqui algo curioso: apesar da importação da China ter aumentado, em 2012 o Brasil terá dez diferentes grupos fabricando aerogeradores (sendo pelo menos um deles chinês), número maior do que o de fabricantes de turbinas hidráulicas.

Isso tem como efeito fazer os investidores em PCHs abandonarem preconceitos e investirem em esforços para baixar seus custos, revisando cuidadosamente seus projetos, geralmente elaborados com foco principal em obter autorizações da ANEEL e não em buscar custos baixos.

Para saber se um projeto pode ter seus custos reduzidos, uma boa linha de investigação tem sido verificar se em sua elaboração foram usados os mesmos arranjos propostos nos inventários hidroelétricos. Isto porque estes estudos são menos detalhados e podem existir novas soluções de engenharia, mais baratas do que as que foram simplesmente copiadas do inventário e melhor detalhadas.

Isso porque, como se sabe, o foco dos inventários não é reduzir custos, mas permitir a divisão de quedas e o aproveitamento ótimo dos potenciais. Além disso, é comum seus orçamentos terem sido “inflados” para afastar o interesse de terceiros daquele rio e ao mesmo tempo, para tentar aproveitar boas condições do BNDES para reduzir o capital próprio. Ou ainda para aumentar o ganho sobre os investidores que entrassem depois como sócios no negócio.

Além disso, temos pequeno número de fornecedores nacionais de turbinas e geradores. Com suas fábricas sempre lotadas, eles se acostumaram a ditar preços e prazos, situação que poderia ser diferente se a tributação fosse reduzida tanto para a fabricação nacional como para a importação.

Os custos de instalação de PCHs talvez estivessem precisando de um choque para questionar seus paradigmas e ganhar competitividade, sem perder em segurança e confiabilidade.

A vinda dos carros chineses para o Brasil é um exemplo, pois fez os fabricantes nacionais tradicionais se mexerem. O governo aumentou o imposto de importação, mas deu um prazo para acontecer redução de custos e aumento de tecnologia. Após esse prazo, o imposto voltará ao normal e os nacionais, se não se adaptarem, poderão perder mercado para os chineses...

Tudo precisa ser revisto, atualizado e questionado. Afinal, milagres não existem. E governar é isso mesmo: ajustar a concorrência em proveito do todo. Não é fácil governar um país com área 2,5 vezes maior do que a Europa, onde existem mais de 50 governos de países e civilizações com mais de 5000 anos.

Ainda mais, se continuarmos contando com apenas 350 funcionários de nível superior na ANEEL para cuidar de 62 distribuidoras, dos interesses de 180 milhões de consumidores. E ainda por cima, para aprovar 33 mil MW de projetos de novas hidroelétricas, que é 30% de tudo o que está em operação, em 100 anos da eletricidade no Brasil! É urgente saber porquê os concursados não foram contratados para todas as vagas e porque tão poucas vagas para uma agência com tamanha importância. Será que a alguém interessa que a ANEEL não tenha estrutura adequada? A quem?

Quando se trata de um mercado energético como o brasileiro, que é a sexta economia do mundo, possuindo o maior estoque de potencial hidráulico e de petróleo em grandes profundidades, não é aconselhável economizar em inteligência, estudos e informações. Muito menos em pessoal para aprovar projetos de geração de energia renovável como de hidroelétricas e PCHs.

Não temos tempo a perder. Num país continental como o Brasil, os leilões devem ser feitos por fontes específicas e por estado da federação, para gerar melhor em períodos

diferentes do ano, o máximo possível de fonte renovável, com menores custos de transmissão. Termoelétricas são úteis e necessárias como garantia e segurança do fornecimento. E só devem ser usadas quando não houver possibilidade de usar fontes renováveis. E não o contrário.

Extensão territorial, grande potencial eólico e hidráulico e um sistema de transmissão robusto e disseminado: essas são nossas vantagens competitivas. Devemos aproveitá-las. Para gerar eletricidade, devemos depender o menos possível de petróleo e derivados, que devem ser usados principalmente no transporte e na petroquímica.

Uma coisa é certa: o Brasil precisa de energia. Praticar preços justos é a melhor forma de obtê-la, de fontes que estão à nossa disposição. Basta que ninguém atrapalhe esse caminho e chegaremos lá, certamente.